

Padro Franco/Senado Federal



Vital diz que país ganha com o texto aprovado no Senado

## Em artigos, senadores debatem os royalties

A proposta de nova divisão dos recursos do petróleo recebe argumentos favoráveis em texto assinado por Vital do Rêgo e críticas em artigo de Magno Malta. A polêmica marcou o ano de 2011 no Senado e continua este ano na Câmara. **4**

Lin de Paula/Senado Federal



Malta alega que o projeto fere o pacto federativo



Estádio Nacional de Brasília, antigo Mané Garrincha, passa por obras para a Copa 2014

Mary Lead/GDF

# Senado acompanha os preparativos para a Copa

Em 2011, a Casa criou subcomissões para analisar as iniciativas para a Copa de 2014 no Brasil e votou o polêmico projeto que institui regime diferenciado de licitações e contratos para obras relacionadas à competição

No ano passado, o Congresso aprovou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a Copa de 2014, a Copa

das Confederações de 2013 e dos Jogos Olímpicos de 2016, todos a se realizarem no Brasil. No Senado, o assunto foi ainda discutido por duas subco-

missões e, para facilitar o acompanhamento dos gastos com as obras, a CMA lançou o portal [www.copatransparente.gov.br](http://www.copatransparente.gov.br) **3**

## Legislativo tem à sua frente 159 vetos presidenciais **3**

### Projeto taxa patrimônios superiores a R\$ 2,5 milhões

Proposta do senador Antonio Carlos Valadares será analisada por duas comissões. **3**

### Proposta veda nepotismo também em cargo comissionado **3**

### Governo publica reajuste de aposentadorias e pensões do INSS **3**



Parcial do plenário do Senado, durante o recesso: programa de visitas guiadas consolida o Congresso como ponto turístico

Waldemir Barreto/Senado Federal

## Congresso recebeu 180 mil visitantes

Quando o Senado iniciou seu programa de visitas, em 1995, o Congresso recebeu 8.455 pessoas. No ano passado, o

número de visitantes chegou a 180 mil. As visitas acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados. **2**

### Alvo de denúncias, ministro prestará esclarecimentos a parlamentares **2**



Fernando Bezerra, que sofre acusações na Integração Nacional

Gerardo Magela/Senado Federal

Em 1995, quando foi implantado o programa de visitas, pouco mais de 8 mil pessoas visitaram o Legislativo. Em 2011, foram 180 mil

# Congresso se consolida como ponto turístico da capital do país

O CONGRESSO NACIONAL atraiu, em 2011, quase 180 mil visitantes, dos quais 6 mil estrangeiros, interessados em conhecer as instalações do Legislativo. O número foi praticamente idêntico ao registrado em 2010. Em 1995, quando o Senado iniciou o programa de visitas, apenas 8.455 pessoas visitaram o Congresso.

Somente em dezembro passado foram mais de 12 mil visitas. No resto do ano, chegaram a 20 mil em abril, graças aos feriados de Tiradentes e da Semana Santa, e a quase 22 mil em julho, mês de férias. Janeiro tradicionalmente também atrai muita gente: só no último domingo, 1.200 pessoas passaram pelo palácio. Os grupos da visita guiada, feita em conjunto com a Câmara,



Ano Volpe/Senado Federal

Turistas visitam o Senado durante o recesso parlamentar: monitores mostram os principais pontos do Congresso

estão cada vez mais cheios.

— Cresce o interesse das pessoas em compreender o que é o Senado e a Câmara, qual o papel que exercem para

o país. As pessoas têm vindo para cá interessadas nisso. As escolas percebem também que é uma atividade muito rica para os alunos, tanto do

ensino fundamental quanto do médio e superior — avalia Aguirre Estorilio, coordenador da visita institucional no Senado.

## Visitas

As visitas acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. A entrada é feita pela rampa voltada para a Esplanada dos Ministérios.

Os grupos são conduzidos por equipes de monitores das duas Casas legislativas e percorrem roteiro que mostra os principais pontos do Congresso, como os plenários, a

exposição no Túnel do Tempo e os salões Negro, Verde e Azul, além das inúmeras obras em exposição de artistas como Di Cavalcanti, Marianne Peretti, Fayga Ostrower e Alfredo Ceschiatti, entre outros.

Durante o percurso, são abordados temas como a arquitetura do palácio, a história, o papel, a estrutura e o funcionamento do Legislativo no Brasil. Para visitantes individuais ou pequenos grupos, não é necessário agen-

damento prévio: chegando ao Salão Negro, basta esperar o início da próxima visita guiada.

Aguirre Estorilio lembra que é possível agendar a visita para atendimento especial às pessoas com deficiência ou a grupos que necessitem de guia que fale inglês.

### Mais informações

▶ telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581

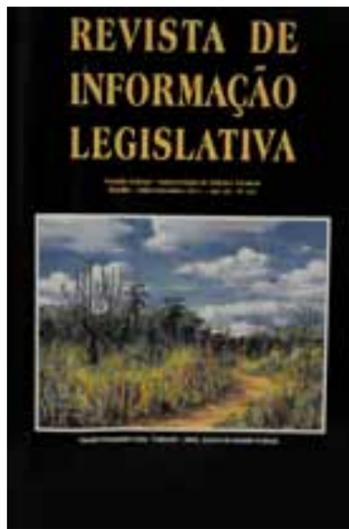
▶ site Visite o Congresso: <http://bit.ly/visiteocongresso>

## Revista de Informação Legislativa incentiva debates

Entre as 450 publicações oferecidas pelo Senado, a *Revista de Informação Legislativa* apresenta, desde 1964, trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboradores. A revista, trimestral, pode ser consultada na Biblioteca do Senado e comprada na livraria do Senado ou pela internet.

Professores, juristas e outros especialistas abordam aspectos relevantes do Direito, do processo legislativo e de temas correlatos.

Na edição mais recente (terceiro trimestre de 2011), o Código Civil é tema de artigos do professor Alexandre Pimenta Pereira (Universidade



Mônica Moniz/Senado Federal

Edição mais recente da revista traz artigos sobre o Código Civil brasileiro

Federal de Viçosa) e da ex-presidente da OAB do Distrito Federal Estefânia Viveiros.

## Tecnologia permite que cidadão apresente proposta

Em 2011, a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) procurou dar maior agilidade a diversos serviços do Senado.

Uma novidade que beneficia diretamente o cidadão é o *software* livre LexEdit — editor de texto que permite fazer emendas a propostas ou sugerir um projeto de lei a um parlamentar —, que vem acompanhado das regras próprias de um texto legal.

Com a ferramenta, o cidadão pode se preocupar somente com o conteúdo de sua contribuição, pois o aspecto formal é assegurado pelo *software*, o que contribui para a democratização da produção de projetos de lei.

Também é possível comparar o texto original e o modificado. Em breve, o sistema deverá permitir a elaboração de um projeto de lei desde o início.

### Ponto

Outro *software*, denominado Comiss, implantou a pauta eletrônica nas comissões, possibilitando a divulgação das listas com os projetos de lei a serem deliberados, assim como nas audiências públicas, com o nome dos convidados.

Para os servidores, uma das principais inovações foi a instituição do sistema Forponto, para controle do ponto biométrico.

## Ministro falará nesta 5ª-feira sobre denúncias

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, prestará esclarecimentos nesta quinta, ao Congresso, a respeito de denúncias publicadas pela imprensa sobre sua atuação no ministério e na prefeitura de Petrolina (PE).

Bezerra deverá falar às 15h30, no Plenário do Senado, à Comissão Representativa do Congresso. Com oito senadores e 17 deputados, a comissão funciona nos recessos parlamentares.

Antecipando-se aos pedidos de convocação feitos pela oposição, o ministro enviou ofício ao Senado anunciando que compareceria espontaneamente.

Ele é acusado de destinar a seu estado, Pernambuco, 90% das verbas do Ministério da Integração para a prevenção de desastres naturais. Além disso, teria beneficiado seu filho, o deputado federal Fernando Coelho (PSB-PE), com o maior volume de liberação de emendas parlamentares do ministério ao longo de 2011. O dinheiro seria destinado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública então presidida por Clementino Coelho, irmão do ministro.

Contra ele também pesam suspeitas de irregularidade na compra de terreno em Petrolina na época em que era prefeito do município.

O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), apresentou representação contra o ministro à Procuradoria-Geral da República.



Genaldo Magela/Senado Federal

Fernando Bezerra, que prestará esclarecimentos ao Congresso

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvia Burrel e Suelly Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

## Senado volta a examinar imposto sobre fortunas

A criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) pode voltar a gerar polêmica em 2012. Previsto na Constituição de 1988, o tributo precisa da aprovação de lei complementar para entrar em vigor. E é isso o que pretende Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) com o PLS 534/11 — Complementar, que será examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir a Plenário.

A proposta atinge patrimônio superior a R\$ 2,5 milhões, sobre o qual incidiria alíquota de 0,5%. São definidas mais quatro faixas patrimoniais para incidência do imposto: mais de

R\$ 5 milhões até R\$ 10 milhões — 1%; mais de R\$ 10 milhões até R\$ 20 milhões — 1,5%; mais de R\$ 20 milhões até R\$ 40 milhões — 2%; e mais de R\$ 40 milhões — 2,5%.

O projeto estabelece como contribuintes do tributo pessoas físicas de nacionalidade brasileira com bens no país e no exterior; o espólio e estrangeiros domiciliados e que tenham bens no Brasil. Em caso de contribuintes casados, cada cônjuge será tributado em relação aos bens e direitos particulares e à metade do valor do patrimônio comum. Os filhos menores também terão seu patrimônio tributado juntamente com o de seus pais.

Estão previstos quatro tipos de multa para devedores que descumprirem sua obrigação: 1% do imposto devido por mês de atraso na declaração anual do patrimônio; 50%, 100% ou 150% do valor do imposto apurado nas hipóteses, respectivamente, de subavaliação patrimonial, omissão de bem, fraude para ocultar o titular do bem ou mascarar seu valor.

### Tabela do IGF

Faixas patrimoniais para incidência do imposto (em R\$ milhões)

PATRIMÔNIO	ALÍQUOTA
até 2,5	isento
de 2,5 a 5	0,5%
de 5 a 10	1,0%
de 10 a 20	1,5%
de 20 a 40	2,0%
acima de 40	2,5%

## PEC veda parente em cargo comissionado

Poderá entrar na pauta do Plenário do Senado, a partir de fevereiro, proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão. A PEC 49/03 é de Demóstenes Torres (DEM-GO).

A proposta determina que, a não ser por concurso público, fica proibida a contratação de parentes de até o terceiro grau em todos os poderes e níveis da administração pública.

Em 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou súmula proibindo a contratação de parentes de até terceiro grau, incluindo cônjuges, para cargos da administração direta e indireta do poder público. Seguindo a súmula do STF, o Senado regulamentou o as-



Demóstenes Torres, autor da PEC que veda nepotismo no poder público

sunto em sua administração.

No entanto, até hoje o serviço público não tem regra constitucional explícita que impeça a contratação de parentes para cargos em comissão.

A proposta de Demóstenes prevê a punição, por improbidade administrativa, da autoridade que descumprir a regra.

De acordo com o parlamentar, a Constituição hoje mantém as portas abertas para o nepotismo.

## Copa do Mundo mobiliza atenção dos senadores



Estádio Nacional de Brasília: gastos podem ser acompanhados pelo cidadão em portal criado pelo Senado

Além de aprovar regime próprio de licitação para obras ligadas aos eventos esportivos de 2013, 2014 e 2016, Senado criou duas subcomissões e implantou *site* que permite fiscalização dos contratos

EM 2011, O Senado se envolveu diretamente na discussão dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, além de votar o polêmico projeto que criou regime diferenciado para as licitações das obras relacionadas à competição.

Aprovado em julho, projeto de lei de conversão (PLV 17/11) instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para as licitações e contratos necessários à realização da Copa de 2014, da Copa das Confederações de 2013 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Decorrente de medida provisória (MP 527/11), o pro-

jecto também criou a Secretaria de Aviação Civil.

O RDC, garante o governo, servirá para aumentar a competitividade entre os licitantes, reduzindo o custo das construções, e deve ser adotado apenas para obras relacionadas às copas do Mundo e das Confederações e às Olimpíadas, assim como para obras de infraestrutura de aeroportos num raio de até 350 quilômetros das cidades-sedes dos jogos.

O assunto foi discutido pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e pela Subcomissão Temporária da

Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Para facilitar o acompanhamento dos gastos com as obras do evento esportivo, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) lançou o Portal da Transparência da Copa de 2014, *site* com dados cadastrais, informações financeiras, processos licitatórios, cronogramas, relatórios e cumprimento de metas de todas as obras federais, estaduais e municipais relacionadas ao Mundial de 2014. O portal possui espaço para o cidadão enviar sugestões ou denúncias e é alimentado com informações fornecidas pelos gestores dos contratos das obras.

## Análise de vetos desafia o Congresso em 2012

Um dos desafios do Congresso em 2012 será colocar em votação 159 proposições que receberam veto total (44) ou parcial (115) do Executivo. Nessa lista, está o veto do então presidente Lula ao artigo 64 (Emenda Ibsen) da Lei 12.351/10, que estabeleceu o marco regulatório do pré-sal. Em 2011, o presidente do Senado, José Sarney, chegou a fixar duas datas para votação desse veto, mas a Câmara e o Senado não se reuniram para deliberar.

A Emenda Ibsen determinava a repartição dos *royalties*

do petróleo e do gás natural entre todos os membros da Federação com base nos critérios dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Alternativo ao veto à Emenda Ibsen, substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao PLS 448/11, que estipulou novas regras para os *royalties*, foi aprovado pelo Senado sob protesto dos estados produtores e seguiu para a Câmara.

No ano passado, 37 vetos chegaram ao Congresso, mas nenhuma sessão foi realizada para colocá-los em votação.

### Cadastro Positivo está entre os projetos vetados

A maioria dos vetos sem votação é da legislatura passada (2007/2010). Casos do PLC 6/09, que institui o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; do PLC 41/10, sobre acesso a informações de órgãos públicos; do PLV 23/11, que inclui *tablet PC* no Programa de Inclusão Digital; e do PLV 12/11, sobre o Cadastro Positivo.

## Publicada portaria com reajustes de aposentadorias e pensões

Os ministérios da Fazenda e da Previdência Social publicaram na segunda-feira portaria com o reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima do salário mínimo. O índice será de 6,08%.

O valor do reajuste foi um dos pontos mais controversos do projeto de Lei Orçamentária de 2012 (PLN 29/11), que tramitou no Congresso no ano passado. Os segurados pleiteavam aumento de 11,7%, correspondente à correção da inflação mais ganho real. O relatório final garantiu apenas a reposição inflacionária.

## Comissão discute exame para registro profissional

Projeto de lei que permite aos conselhos profissionais realizar exame de proficiência como condição para a concessão do registro (PLS 152/11) aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta de João Durval (PDT-BA) autoriza os conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas a realizar exames de proficiência para medir conhecimentos técnicos mínimos necessários à concessão do registro profissional.

## Projeto dá acesso a dados de cadastro de proteção ao crédito

O direito do consumidor de ter acesso às informações sobre si mesmo contidas nos cadastros de proteção ao crédito está garantido no Código de Defesa do Consumidor, mas a lei não assegura que esses dados sejam acessíveis pela internet. Para tornar isso obrigatório e gratuito, tramita no Senado projeto de lei (PLS 470/11) que pode ser votado este ano na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Apresentado por Paulo Bauer (PSDB-SC), o projeto já conta com parecer favorável do relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

# Novas regras para os *royalties* do petróleo

Sim

Vital do Rêgo (PMDB-PB)



Pedro Franco/Senado Federal

Um dos mais acirrados debates no Senado em 2011 foi a distribuição dos *royalties* do petróleo entre os estados brasileiros. Foi aprovado o substitutivo de Vital do Rêgo, que reduz de 26,25% para 20% a fatia dos estados produtores (Rio de Janeiro e Espírito Santo). Já a parte dos *royalties* para estados não produtores salta de 8,75% para 40%. A polêmica prossegue este ano na Câmara dos Deputados, onde a matéria terá de ser votada novamente por ter sofrido alterações no Senado.

Magno Malta (PR-ES)

Não



Waldemar Barreto/Senado Federal

## O país ganha

Os meios de comunicação têm concedido grande espaço para discussões em torno do nosso substitutivo para a partilha dos *royalties*. Ele continua gerando acirradas discussões — e não poderia ser diferente —, pois há envolvimento de enorme gama de interesses.

Atento aos interesses da população brasileira, busquei orientar minhas decisões com auxílio de grandes estudiosos e autoridades da área.

Os números que usamos para o substitutivo estão baseados em relatórios da Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e nos dados da Agência Nacional do Petróleo. A elaboração do nosso relatório objetivou a aprovação de legislação mais justa e consensual, que não prejudicasse direitos adquiridos ou alterasse contratos já firmados entre empresas e estados produtores de óleo e gás.

Para o substitutivo, procurei — com absoluta prudência, equilíbrio e senso jurídico — resguardar os três direitos que a matéria exigia: o direito dos estados produtores, de que não terão perdas, observados os dados de 2010; o direito da União, que chegou a seu limite de renúncia; e o direito dos estados não produtores (que representam 90% do país e que estão atrasados em dez anos no que se refere a uma participação mais justa e igualitária no bolo nacional dos *royalties*), que é o de poder participar de forma justa da redistribuição.

Como se sabe, há forte debate entre estados e municípios produtores e confrontantes, de um lado, e não produtores e não confrontantes, de outro. A distribuição atual, baseada na Lei 9.478/97, beneficia desproporcionalmente os estados produtores e confrontantes. Como contraponto à regra atual, o artigo 64 da Lei 12.351/10,

Fui sensível à demanda dos produtores, mas ciente da forte injustiça da distribuição atual

vetado pelo então presidente Lula, reduz substancialmente os privilégios dos entes produtores. A apreciação do veto encontra-se pendente no Congresso Nacional.

Coube-me a honra de relatar o Projeto de Lei da Câmara 16/10 e outros 23 projetos de lei do Senado a ele apensados, que propu-

tenham novas regras para a distribuição dos *royalties* e da participação especial. Buscando ser sensível à demanda dos produtores e confrontantes e, ao mesmo tempo, ciente da forte injustiça decorrente da distribuição atual,

elaborei parecer concluindo por apresentação de substitutivo ao PLS 448/11, de autoria do senador Wellington Dias (PT-PI). O substitutivo foi fruto de diversas negociações, inclusive com o Poder Executivo. Espero que a Câmara dos Deputados aprove a matéria sem alterações significativas.

## Brincadeira de Silvio Santos

O substitutivo de Vital do Rêgo ao PLS 448/11, além de inconstitucional, é absolutamente ruim e nefasto para os estados produtores de petróleo. O Senado, ao aprovar a redistribuição dos *royalties* entre todos os estados, feriu a Constituição brasileira, que trata do pacto federativo.

O duvidoso e horroroso relatório apresentado por Vital do Rêgo estigmatiza o Espírito Santo e o Rio de Janeiro como marginais. Por isso, a discussão democrática descambou do Parlamento para o Supremo Tribunal Federal. Vital quer retirar mais de R\$ 500 milhões de compensação financeira do Espírito Santo já em 2012.

O relator feriu o artigo 60 da Constituição. É cláusula pétrea, só se muda com nova constituinte após consulta popular, e não com uma lei. A presidente da República não vai deixar votar em 2012, ano eleitoral. Teremos tempo.

Está consagrado na doutrina ambiental o caráter finito dos recursos naturais. Não quero conceber um crescimento a qualquer custo, sem planejamento de como os recursos vão ser captados e empregados. Principalmente com ressarcimento para os estados produtores que um dia ficarão sem essas riquezas e somente com a herança do custo social e ecológico.

Incauto e oportunista, o colega quis brincar de Silvio Santos, no famoso quadro *Quem Quer Dinheiro?*, mas os parlamentares fluminenses e capixabas estão mobilizados contra essa ameaça. Fizemos atos públicos e promovemos *shows*.

Impetrei mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para interromper o andamento do substitutivo de Vital do Rêgo aprovado no Senado.

Depois de uma reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, estive com o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski, relator do mandado de segurança que ajuizei na corte. No mesmo dia, ele encaminhou aos presidentes do Senado e da Câmara pedido de dados sobre o substitutivo.

A nova divisão fere o pacto federativo, pois distribui os *royalties* de forma

igualitária com quem recebe menos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) — por exemplo, o Maranhão, que recebe 17% do FPE, enquanto o Espírito Santo recebe 5%. *Royalty* é uma coisa, petróleo é outra. A riqueza que está no subsolo

a todos pertence, mas os *royalties* pertencem ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro porque são pagamento de passivos ambiental e social, por isso não devem ser divididos.

Não é correto jogar para a torcida, com números duvidosos, com objetivo eleitoral, e punir quem produz. Vital do Rêgo, por exemplo, não demonstrou preocupação com o vazamento de óleo na Bacia de Campos. Ele não quis nem saber quem vai pagar essa conta, um prejuízo irreparável. O nobre colega, tão interessado na riqueza do petróleo, não lembrou da divisão dos *royalties* da mineração, da energia elétrica nem dos privilégios gerados pela Zona Franca de Manaus, que poderiam ser reivindicados pelos demais estados. Inconsequente, ele abriu um precedente perigoso. Como dizia a sábia dona Dadá, minha saudosa mãe:

“Pau que dá em Fran- Chico dá cisco”.